

Escritório de ministro da CGU atende Odebrecht, que negocia com governo

Carvalho é questionado por sociedade em grupo que atende a empresa, que debate acordo com órgão; ele nega irregularidades

SARAH TRÓFEO
sarah.trofeo@globo.com.br
e16484

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, é alvo de questionamentos por parte da oposição por suspeita de conflito de interesse na atuação à frente do órgão. Carvalho é sócio do escritório de advocacia VMCA Advogados, que tem entre seus clientes empresas com interesses na própria CGU e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do qual ele foi presidente entre 2008 e 2011. O ministro nega conflito de interesse em ambos os casos.

Entre os clientes do VMCA está a Novonor, antiga Odebrecht, que negocia uma renovação de seu acordo de leniência com integrantes da própria CGU. O caso foi revelado pelo jornal "O Estado de S. Paulo". A empresa está no grupo de sete companhias alvo da Operação Lava-Jato, que tentam reduzir os valores devidos nos acordos de leniência firmados durante a operação. Somadas, as divi-

das chegam a R\$ 8,2 bilhões. As tratativas foram iniciadas após decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além da diminuição das multas, o grupo de empresas busca "requalificação jurídica" de fatos narrados em denúncias para responder por delitos menores. O objetivo é convencer a Justiça e o governo de que episódios descritos como propina foram, na verdade, "caixa dois" de campanha e, portanto, um crime eleitoral. Com isso, os delitos seriam menores, e a multa poderia ser reduzida.

As sete empresas se comprometeram a pagar R\$ 11,5 bilhões, mas liquidaram menos de um terço do combinado. O governo, portanto, ainda teria a receber R\$ 8,2 bilhões. É este montante que agora estão em debate. As empreiteiras argumentam que não conseguiram se reerguer e não têm como pagar os valores acertados. Em nota, o titular da CGU afirmou que assim que assumiu o cargo informou à Comissão de Ética Pública da

Presidência da República (CEP) a sua licença "com afastamento total das atividades da advocacia" e que cumpre "integralmente" as determinações da comissão para não se expor a situações de conflito de interesse.

Carvalho afirmou, ainda, que não recebeu qualquer quantia do escritório desde que assumiu o cargo. Ele também disse que não participa de "decisões em processos que envolvem a Novonor, antiga Odebrecht, nem de quaisquer casos envolvendo clientes do escritório do qual estou licenciado". Sua mulher, Marcela Mattiazzo, continua chefiando as atividades da empresa.

CRÍTICAS DA OPOSIÇÃO

Junto com a CGU, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF) também participam das negociações. Segundo Carvalho, as revisões dos acordos de leniência têm sido discutidas por técnicos, e que, no caso da Novonor, ele se declara impedido de participar.



Sécio, Controlador-geral da União, Vinícius Marques de Carvalho pediu afastamento de seu escritório de advocacia

NEGOCIAÇÃO DA CGU COM ALVOS DA LAVA-JATO

Empresas participantes

Sete empresas negociam as multas aplicadas nos acordos de leniência firmadas com a Lava-Jato: além da Novonor, estão Camargo Corrêa, UTC, Andrade Gutierrez, Nova Participações (ex-Engesa), Melha (ex-GAS) e Braskem.

Valores devidos

Juntas, as empresas devem o

montante de R\$ 8,2 bilhões. O valor original era de R\$ 11,5 bilhões, mas o grupo liquidou parte da quantia.

Pedidos feitos

CGU, AGU e MPF comandam as negociações com as empresas. São avaliados valores, mudanças em prazos e formas de pagamento. As empresas pedem ainda "requalificação jurídica", que implica em delitos considerados menores.

"Os ministros das duas pastas (CGU e AGU) só atuam na decisão de celebração ou rejeição do acordo, quando assim proposto pelas áreas técnicas. A exemplo do que já fiz em outros casos, declaro-

me impedido de decidir sobre eventuais propostas de alteração do acordo de leniência com a Novonor", afirmou. A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) afirmou que pretende acionar o Mi-

nistério Público Federal para que verifique se a atuação de Carvalho pode ser enquadrada como improbidade administrativa. Já o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) disse ter protocolado um pedido de informações à CGU.

A oposição já havia acusado o ministro de conflito de interesse pelo fato de o escritório ter forte atuação no Cade, como mostrou o "Valor Econômico" no início do mês.

Em março, o escritório do ministro, que é ligado ao grupo prerrogativas, anunciou que estava inaugurando uma unidade em Brasília com foco em advocacy — defesa de interesses de grupos e organizações — no Congresso Nacional, conforme noticiou à época o blog do jornalista do GLOBO, Lauro Jardim.

O PODER GLOBAL DOS CHIPS

Neste envolvente livro de não-ficção, o historiador econômico Chris Miller narra a ascensão da indústria dos chips e suas enormes implicações geopolíticas. O autor explica o cenário complexo da disputa atual entre Estados Unidos e China pelo controle desta que se tornou a tecnologia mais importante do mundo industrializado.

DISPONÍVEL NAS LOJAS ON-LINE, LIVRARIAS E EM E-BOOK

GLOBOLIVROS